

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL SESC/MA Nº 22/0010-PG

O Serviço Social do Comércio, Departamento Regional no Maranhão, **entidade de direito privado**, sem fins lucrativos, comunica a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, representado pela **MENOR TAXA PERCENTUAL DE ADMINISTRAÇÃO**, regida pela **Resolução Sesc n.º 1.252, de 06/06/12 e suas alterações**, do Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio, publicada no Diário Oficial da União em 26/07/12, suas alterações e pelas disposições deste instrumento convocatório e de seus anexos.

A reunião para o recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação está prevista para as **09h (nove horas) do dia 31 de outubro de 2022**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitações - CPL, no Sesc Administração, sito no Condomínio Fecomércio/Sesc/Senac, Edifício Francisco Guimarães e Souza, Avenida dos Holandeses, S/N Quadra 04, Jardim Renascença II, CEP: 65075-650 em São Luís-MA.

1 ORIGEM DOS RECURSOS / CUSTEIO DAS DESPESAS

1.1 As despesas decorrentes deste processo licitatório estão previstas no Orçamento Programa do Sesc, exercício 2022/2023, e serão apropriadas nas contas nº **3.3.90.30 – Material de Consumo** e nº **3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, do plano de contas do Sesc-MA.

2 OBJETO

2.1 A presente licitação destina-se a **contratação de empresa especializada em gerenciamento informatizado referente ao abastecimento e manutenção dos veículos (preventiva, corretiva e preditiva) do Sesc-MA em São Luís e nos municípios de Caxias, Imperatriz e Itapecuru Mirim, envolvendo implantação e operação de um sistema informatizado via internet e integrada de gestão de frota, por meio de cartão com tarja magnética ou chip, visando o fornecimento nas redes de estabelecimento credenciadas, a fim de viabilizar o pagamento das despesas com abastecimento de combustíveis, lubrificantes e manutenção, junto a rede credenciada de postos de combustível, oficinas e concessionárias, compreendendo a distribuição de álcool (etanol) comum, gasolina comum, diesel S10, óleo, lubrificantes e derivados, serviço de lavagens e mecânica geral (elétrica, lanternagem, funilaria, pintura, alinhamento e balanceamento, suspensão, escapamento, serviços de borracharia, sistema eletrônico, alarme, trava e vidro elétrico, desempenho de rodas, ar condicionado, tapeçaria etc.), fornecimento de peças originais para veículos, transporte suspenso por guincho e socorro mecânico, pelo período de 12 (doze) meses, conforme este Instrumento Convocatório e seus anexos.**

2.2 Deverá ser apresentado, **no ato da assinatura do contrato**, a relação de postos e oficinas contendo no mínimo: 30 (trinta) postos e 20 (oficinas) credenciados na região metropolitana de São Luís-MA, sendo que 30% (trinta por cento) do quantitativo mínimo de postos deverão estar localizados no município de São Luís em um raio máximo de 10 km (dez quilômetros) do Sesc Administração, situado na Avenida dos Holandeses, s/n,

quadra 24, Jardim Renascença II; 02 (dois) postos credenciados nos municípios de Caxias, Imperatriz e Itapecuru-Mirim, bem como, no mínimo, 02 (duas) oficinas credenciadas nos municípios de Caxias e Itapecuru-Mirim; 01 posto credenciado nos municípios localizados em entroncamentos de rodovias BRs localizadas no estado o Maranhão; 01 (um) posto credenciado nos municípios com mais de trinta mil habitantes; e 01 (um) estabelecimento credenciado a cada 200 km nas estradas (BR - 135, BR - 222 e BR - 316) ou em estradas de acesso aos municípios mencionados anteriormente.

2.2.1 A empresa licitante declarada vencedora do certame que por ocasião da assinatura do(s) respectivo(s) instrumento(s) de contrato apresentar número inferior de estabelecimentos credenciados terá, então, o prazo estabelecido de até 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do(s) respectivo(s) instrumento(s) de contrato, mediante relação escrita, que possui uma rede ampla de estabelecimentos credenciados no Estado do Maranhão e, no mínimo, em todas as cidades que as Entidades Licitadoras/Contratantes possuem sedes, para apresentar comprovação de número igual ou superior de estabelecimentos credenciados exigidos.

2.3 A CONTRATADA deverá manter ou aumentar durante a vigência do(s) respectivo(s) contrato(s), e conforme solicitação da Contratante, o número de estabelecimentos credenciados, principalmente nas cidades do interior.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas cujo objeto social expreso no estatuto ou contrato social e Certidão de registro do CREA/CAU especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, e estejam legalmente estabelecidas no País.

3.2 A participação na presente licitação implica em aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao seu objeto.

3.3 Nenhuma pessoa ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de as empresas representadas serem excluídas do certame.

3.4 As empresas participantes desta licitação deverão apresentar à Comissão de Licitação os documentos exigidos para habilitação e propostas, em envelopes distintos, a saber:

3.4.1 Envelope lacrado, identificado com os dizeres “**PREGÃO PRESENCIAL SESC/MA Nº 22/0010-PG - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**”, objeto da licitação, data e horário da reunião, nome da licitante por extenso e endereço.

3.4.2 Envelope lacrado, identificado com os dizeres “**PREGÃO PRESENCIAL SESC/MA Nº 22/0010-PG - PROPOSTA DE PREÇOS**”, objeto da licitação, data e horário da reunião, nome da licitante por extenso e endereço.

3.5 Deverão ser apresentados 02 (dois) envelopes distintos, conforme subitens **3.4.1** e **3.4.2**. A inversão do conteúdo dos envelopes ou a apresentação de conteúdos distintos em um dos envelopes poderá, a critério da Comissão de Licitação, acarretar a eliminação da empresa.

3.6 Estarão impedidas de participar desta licitação empresas que:

3.6.1 Estejam suspensas de licitar com o Sesc/MA;

3.6.2 Estejam em regime falimentar, recuperação judicial ou extrajudicial, conforme Lei Nº 11.101/2005, dissolução ou liquidação;

3.6.3 As empresas tiverem um plano de recuperação judicial homologado pelo juízo competente, poderão participar, desde que o mesmo seja apresentado na documentação de habilitação;

3.6.4 Estejam reunidas em consórcio;

3.6.5 Pessoa Jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra que esteja participando desta Licitação, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e,

3.6.6 Pessoa Jurídica com vínculo familiar, ou seja, com relação de parentesco com os sócios de outra empresa que esteja participando desta licitação, desde que não haja intenção de frustrar o caráter competitivo do certame com a quebra do sigilo das propostas, em respeito aos princípios da moralidade e isonomia entre os licitantes.

4 CREDENCIAMENTO

4.1 Os participantes deverão apresentar-se munidos de Credenciamento (MODELO NO ANEXO II), com poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases do processo licitatório. Deverá ser juntado ao referido anexo, documento (cópia) que comprove o poder de delegação do outorgante, sob pena de não ser aceito o credenciamento.

4.2 Cada licitante será representada por uma única pessoa, sendo sócio, titular da empresa ou credenciado, munido de procuração e documento de identificação (válido em todo território nacional). Só esta pessoa poderá intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada.

4.3 O credenciamento far-se-á também por procuração através de instrumento público ou particular, devendo obrigatoriamente apresentar os dados constantes no Modelo de Credenciamento (**ANEXO II**).

4.4 Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

a) Sócios, proprietários ou dirigentes – cópia do respectivo contrato social ou estatuto, no qual sejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações pela empresa. Deverá ser apresentado **cópia do documento de identificação** válido em todo território nacional.

b) Procuradores – procuração, pública ou particular ou Carta de Credenciamento (Anexo II), que comprove a outorga de poderes, para praticar todos os atos, em nome da licitante. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida em cartório do

outorgante, acompanhada dos **documentos comprobatórios de seus poderes**. Deverá ser apresentado **cópia do documento de identificação** (válido em todo território nacional).

b.1) Caso seja nomeado um procurador, apresentar, juntamente com o instrumento de procuração, cópia do **documento de identificação** (válido em todo território nacional) do outorgado acompanhada do **contrato social** da licitante, onde esteja expressa a capacidade ou competência para substituir o mandatário.

4.5 Os documentos de credenciamento do representante serão entregues em separado e **NÃO DEVEM** ser colocados dentro de nenhum dos envelopes.

4.6 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto ao Sesc-MA, nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

4.7 A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento acarretará o não reconhecimento do representante, ficando o mesmo impedido de opinar no andamento licitatório, embora não seja negado à empresa o direito de participar da licitação.

4.8 É desejável a participação do representante nas reuniões desta licitação. Porém, caso não seja possível a sua presença, os envelopes (subitens **3.4.1** e **3.4.2**) poderão ser entregues antecipadamente na Comissão de Licitação do Sesc Administração, Departamento Regional no Maranhão ou encaminhados ao Sesc/DR-MA via correios ou por outro meio disponível.

4.9 No caso expresso no subitem **4.8**, o Sesc/MA não se responsabilizará por danos ou extravios das documentações enviadas – decorridos no percurso dos documentos – bem como da não chegada dos mesmos até o dia e hora da abertura deste processo licitatório, cabendo total responsabilidade sobre a integridade da documentação à licitante que promover tal ato.

4.10 Os **Termos de Credenciamento** ou **documento equivalente** serão retidos pela Comissão de Licitação e juntados ao respectivo processo administrativo.

5 PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 Deverá ater-se a este edital e seus anexos.

5.2 Deverá ser apresentada em 01 (uma) via, em papel timbrado, digitada, redigida de forma clara, especificando o objeto da licitação, conforme ANEXO I (descrição, quantidades e unidade de medida). Deve conter os dados da licitante, razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, não podendo conter rasuras, borrões, entrelinhas, ressalvas ou emendas, devendo estar assinada pelo representante legal do licitante na última folha e rubricada nas demais.

5.3 Caso a proposta não esteja devidamente assinada e rubricada, conforme **subitem 5.2**, o representante credenciado poderá fazê-lo durante a reunião de abertura do respectivo envelope.

5.4 Deverá apresentar o percentual da Comissão (Taxa Administrativa), devendo conter no máximo, 02 (duas) casas decimais, incluindo, obrigatoriamente, todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos (se houver), emolumentos, impostos, fretes, seguros, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de que sejam devidas em decorrência, direta e indireta, da execução do objeto desta licitação.

5.5 A validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias. Não sendo indicado o prazo de validade fica subentendido como de 90 (noventa) dias.

5.6 Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada e o resultado final publicado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal do licitante, através de correspondência dirigida a pregoeira, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

5.7 Havendo discordância entre o percentual da proposta em algarismo e o percentual por extenso, prevalecerá este último.

5.8 Os termos e preços constantes da proposta apresentada são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito a qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto ou substituição de envelopes, após sua entrega.

5.9 A execução dos serviços será de acordo com os ditames expostos no instrumento convocatório e seus anexos.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar todos os documentos indicados nos itens a seguir, compreendendo a comprovação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

6.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.2.1 Prova de registro, no órgão competente, no caso de empresário individual ou Ato constitutivo e suas últimas alterações ou Alteração Contratual com sua pertinente Consolidação, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede do licitante, no qual deverá estar indicado o ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

6.2.2 Tratando-se de sociedade por ações, ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos no subitem **6.2.1**.

6.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.3.1 Prova de capacidade técnica, constituída por no mínimo, um(a) Declaração(ões)/Atestado(s), emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante tenha executado serviços de forma satisfatória, e que guardem semelhança com o objeto licitado.

6.3.2 Deverá(ão) constar na(s) declaração(ões) os seguintes dados: **nome do contratante e contratado, especificação do serviço prestado, quantidade de serviços executados e período de contratação, e em caso de contratos vigentes, quando este iniciou.**

6.3.3 A avaliação que instrui o julgamento consiste na análise dos atestados, um a um, admitindo-se o somatório deles.

6.3.4 Caso a empresa licitante não possua em apenas um atestado a comprovação da capacidade técnica para todos os itens cotados, será admitido a apresentação de quantos atestados forem necessários.

6.3.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, se julgar necessário para o esclarecimento de dúvidas, poderá solicitar aos licitantes a apresentação de cópias dos documentos que originaram as declarações e/ou atestados apresentados. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido implicará na penalidade prevista no subitem **12.4**.

6.3.6 Declaração de Conhecimento, conforme **ANEXO IV**, das condições locais e de todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

6.3.7 A visita técnica é **facultativa**, conforme **ANEXO III**, caso a empresa queira fazer, poderá realizar vistoria aos veículos da instituição, para tanto, deverá previamente agendar um horário com a Coordenadoria e/ou Gerência das Unidades Operacionais, através dos telefones abaixo assinalados, em até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para abertura da licitação, nos telefones abaixo relacionados, nos horários das 9h às 12h e 14h às 17h, de 2ª a 6ª feira; em relação à Unidade Móvel, a visita poderá ser agendada através do telefone disponibilizado para o Sesc Administração:

- Sesc Administração: (98) 3215 1511;
- Sesc Deodoro: (98) 3216-3857;
- Sesc Turismo: (98) 3248-8300;
- Sesc Itapecuru - Sesc Ler - (98) 3463-1200; e
- Sesc Caxias (99) 3521-3862.

6.3.8 Os veículos cujas lotações se referem ao OdontoSesc e Saúde Mulher – Unidades Móveis, Itinerantes, que se deslocam pelo estado do Maranhão, estão atualmente no seguinte endereço: **Pátio interno do Palácio do Comércio e Indústria**, Rua Bom Futuro, nº 455, Centro, CEP: 65900-391, Imperatriz/MA; e **Sesc Itapecuru**, BR 222, s/n, Bairro Roseana Sarney, Itapecuru Mirim/MA.

6.3.9 A vistoria deverá ser realizada por profissionais indicados pela empresa como responsáveis técnicos pelos serviços de manutenção.

6.3.10 A Declaração de Visita Técnica deverá ser assinada pelo Coordenadoria de Logística e Patrimônio no Sesc Administração, pelos Gerentes (nas demais Unidades Operacionais do Sesc/MA), ou pelos responsáveis pelos veículos (nos locais onde não haja possibilidade de acompanhamento pelo coordenador da CLP ou Gerente das Unidades).

6.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.4.1 Certidão Negativa de Falência (conforme a Lei 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.5 REGULARIDADE FISCAL

6.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.5.2 Provas de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade. Poderá ser aceito como prova, a critério da Pregoeira, o número da referida inscrição constante nos documentos da fazenda estadual e municipal apresentados para habilitação.

6.5.3 Prova de regularidade com a fazenda federal, constando de:

6.5.3.1 Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União que abrange inclusive Contribuições Sociais, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede ou domicílio, bem como da filial quando esta for a licitante.

6.5.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, constando de:

6.5.4.1 Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Estaduais, da sede da empresa licitante ou; se for o caso, certidão de não contribuinte; e,

6.5.4.2 Certidão Negativa de Débitos Relativos à Dívida Ativa do Estado; ou,

6.5.4.3 Certidão Negativa de Regularidade Fiscal Unificada, Relativo a Tributos Estaduais da sede da empresa licitante.

6.5.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, constando de:

6.5.5.1 Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais, da sede da empresa licitante ou; se for o caso, certidão de não contribuinte; e,

6.5.5.2 Certidão Negativa de Débitos Relativos à Dívida Ativa do Município; ou,

6.5.5.3 Certidão Negativa de Regularidade Fiscal Unificada, Relativo a Tributos Municipais da sede da empresa licitante.

6.5.5.3.1 Caso a(s) certidão(ões) expedida(s) pela(s) Fazenda(s) Federal, Municipal seja(m) Positiva(s), o Sesc/MA se reserva o direito de só aceitá-la(s) se a(s) mesma(s) contiver(em) expressamente o efeito de Negativa, nos termos do art. 20 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

6.5.6 Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

6.5.7 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e com o número do CNPJ/MF e endereço respectivo. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles, que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

7 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

7.1 Todos os documentos deverão estar numerados utilizando-se a seguinte grafia: nº da folha/quantidade total de folhas. Como exemplo, supondo o total de vinte folhas, seria a seguinte numeração: 1/20, 2/20, 3/20...20/20. Caso não estejam devidamente numerados, o representante credenciado poderá fazê-lo durante a reunião de abertura do respectivo envelope, ou ainda, quando não houver representante credenciado, a Pregoeira realizará a numeração na respectiva sessão.

7.2 A documentação referente ao credenciamento e a habilitação deverá ser apresentada em fotocópias. Se as fotocópias não estiverem autenticadas em cartório, o(a) Pregoeira(a), se julgar necessário, poderá solicitar aos licitantes a apresentação dos documentos originais para fins de confrontação com as fotocópias apresentadas.

7.3.1 Os documentos que forem emitidos pela internet não necessitam de autenticação e estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, para verificação de sua autenticidade. A Comissão comprovará, mediante consulta, no site próprio, a regularidade fiscal da licitante.

7.3 Os documentos deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes. Quando o órgão for omissivo em relação ao prazo de validade dos mesmos, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão.

7.4 Os documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos a conferência na página eletrônica do órgão emissor, que conferirá a sua autenticidade.

8 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

8.1 Reunião para recebimento dos envelopes. Os envelopes distintos e lacrados, contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação serão recebidos pelo(a) pregoeiro(a) no dia, hora e local estipulado no preâmbulo.

8.1.1 Credenciamento (ANEXO II) e recebimento dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

8.1.2 Abertura dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL”, e rubrica dos envelopes “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

8.1.3 Classificação das Propostas.

8.1.3.1 Abertos os envelopes, o(a) Pregoeiro(a) analisará as propostas comerciais, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido neste edital e seus anexos.

8.1.3.2 Também serão desclassificadas, as propostas que excedam a **15% (quinze por cento)** do percentual da proposta de menor taxa.

8.1.3.3 Quando não forem classificadas, no mínimo, três propostas na forma definida no subitem anterior, serão classificadas, sempre que atendam as demais condições definidas

no instrumento convocatório, a de menor taxa e as duas melhores propostas com taxas subsequentes.

8.1.3.4 A classificação de apenas duas propostas escritas de preço não inviabilizará a realização da fase de lances verbais.

8.1.3.5 As propostas que, em razão dos critérios definidos nos subitens “**8.1.3.2**” e “**8.1.3.3**” não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances verbais, também serão consideradas desclassificadas do certame.

8.1.3.6 Das propostas válidas, as quais permanecerão na fase de competição, serão classificadas provisoriamente pela Pregoeira, em ordem crescente de valor, aferido a partir da menor taxa de comissão a ser paga apresentada pelo licitante;

8.1.4 Fase de lances verbais.

8.1.4.1 Realizada a classificação das propostas escritas pela Pregoeira, terá início a fase de apresentação de lances verbais.

8.1.4.2 Definida a classificação provisória das propostas, dar-se-á início à fase de lances verbais, quando estes deverão ser ofertados a partir do licitante ofertante da proposta de maior taxa de comissão e, os demais, em ordem decrescente;

8.1.4.3 Havendo lance, a Pregoeira realizará uma nova rodada, começando pelo autor que, no momento, estiver com a proposta de maior taxa de comissão, e, assim sucessivamente, até que, numa rodada completa, não haja mais lance e se obtenha, em definitivo, a menor taxa.

8.1.4.4 Somente serão considerados os lances inferiores ao último menor obtido.

8.1.4.5 Não serão considerados, a critério da Pregoeira, os lances insignificantes, ou seja, aqueles considerados irrisórios em relação ao valor do item e/ou ao último menor lance obtido;

8.1.4.6 Não será permitido o uso excessivo de aparelho celular, durante a fase de lances, para consulta sobre o valor do lance a ser ofertado por representante credenciado;

8.1.4.7 O licitante que não apresentar lance numa rodada não ficará impedido de participar de nova rodada, caso ocorra;

8.1.4.8 Não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas escritas de preço classificadas para esta fase;

8.1.4.9 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

8.1.4.10 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta escrita de menor taxa, de acordo com a taxa média estimada para o processo, que é **2,33%** sobre o valor do bem arrematado. Será desclassificada do certame, a proposta que apresentar taxa superior a taxa média estimada para o processo, após a fase de negociação.

8.1.4.11 Caso não se realizem lances verbais e nas propostas escritas constarem com taxa de comissão igual, caracterizando empate absoluto entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, realizado sob a coordenação do(a) Pregoeiro(a) na sessão do pregão.

8.1.4.12 O(a) Pregoeiro(a), após declarar encerrada a fase de lances verbais, ordenará os lances em ordem crescente da taxa percentual.

8.1.5 Abertura dos envelopes de “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

8.1.5.1 O(a) Pregoeiro(a) promoverá a abertura e a verificação da documentação relativa a habilitação do licitante que, na ordenação feita pela pregoeira, apresentou a menor taxa administrativa.

8.1.5.2 Na hipótese de inabilitação, por descumprimento de qualquer exigência estabelecida no instrumento convocatório, a Comissão Permanente de Licitação-CPL autorizará a Pregoeira a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente da taxa administrativa, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório.

8.1.5.3 Rubrica das propostas e documentos de habilitação.

8.1.5.4 Caso todas as licitantes tiverem representantes credenciados presentes na reunião, a Comissão de Licitação disponibilizará um termo de renúncia ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo, concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

8.1.5.5 Encerramento da reunião, após a leitura, aprovação e assinatura da ata.

8.1.6 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame, ficando o mesmo convocado a apresentar nova proposta de preço escrita, firmada pelo representante legal, em papel timbrado ou personalizado do licitante, **adequada ao lance eventualmente ofertado/negociado**, no prazo de até **01 (um) dia útil** a contar do resultado que declarou o licitante vencedor.

8.1.6.1 A não apresentação da nova proposta no prazo determinado no subitem acima, ensejará aplicação das penalidades legalmente previstas, bem como na desclassificação da licitante.

8.1.7 Homologação da licitação e adjudicação ao licitante vencedor pela autoridade competente.

8.1.8 Publicação do resultado final da licitação conforme estabelecido no subitem **12.1**.

8.1.9 Convocação do licitante vencedor para **assinatura do contrato e/ou assinatura do Pedido ao Fornecedor – PAF**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da convocação.

8.1.10 A Pregoeira, se julgar conveniente, poderá inverter o procedimento, abrindo primeiramente o envelope de habilitação e após as propostas dos licitantes habilitados.

9 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1 O critério de julgamento para escolha da proposta vencedora da presente Licitação será o de **MENOR PREÇO**, considerando-se para tal, o menor percentual ofertado a título de “Taxa de Administração”, com duas casas decimais após a vírgula, e a qual será aplicada sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura mensal, e vinculado ao atendimento das exigências contidas neste Instrumento Convocatório e seus Anexos, sendo admitida a taxa administrativa máxima de **até 2,33%**, conforme taxa média estimada para o processo.

9.2 O valor global máximo admitido por este Edital como valor de Referência é de R\$ 143.110,72 (*cento e quarenta e três mil, cento e dez reais e setenta e dois centavos*) para os serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e de R\$ 156.182,58 (*cento e cinquenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos*) para os gastos com combustíveis da frota de veículos, totalizando R\$ 299.293,30 (*duzentos e noventa e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta centavos*), acrescido da taxa de 2,33%, totalizando o valor global anual de 306.266,83 (*trezentos e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos*).

9.3 Em caso de empate, será realizado sorteio para a definição da licitante arrematante.

9.4 Serão desclassificadas e eliminadas da licitação as propostas que apresentem a taxa de administração superior à estimada pelo Sesc, após a fase de lances.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será providenciado **mensalmente**, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, mediante a apresentação da nota fiscal, recibo em 02 (duas) vias e a regularidade da documentação (Regularidade Fiscal) exigida nos subitens **6.5.3, 6.5.4 e 6.5.5.4** do Edital do PREGÃO PRESENCIAL SESC/MA Nº 22/0010-PG.

11 PENALIDADES

11.1 A recusa **injustificada** em assinar o **contrato** ou **“de acordo”** no **Pedido ao Fornecedor**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da convocação, dará ao Sesc/MA o direito de suspender o licitante em até dois anos, do direito de licitar e contratar com o Sesc, e homologar e adjudicar esta licitação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.2 As penalidades por inadimplemento são as seguintes:

11.2.1 Advertência por escrito;

11.2.2 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Sesc por até 02 (dois) anos, a critério do Sesc-MA;

11.2.3 Rescisão do contrato ou do Pedido ao Fornecedor;

11.2.4 Multa diária de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contratado, decorrente da

inobservância dos compromissos assumidos nos prazos de execução dos serviços, não reconhecidos pelo Sesc/MA como justificados.

11.2.5 Para fins de penalidade o lance é considerado proposta;

11.3 O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas dará ao Sesc/MA o direito de rescindir unilateralmente o contrato e de suspender o contratado do direito de licitar e contratar com o Sesc/MA por até dois anos.

11.4 A critério do Sesc/MA as sanções poderão ser cumulativas.

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As decisões, erratas, avisos, resultado e esclarecimentos relativos a esta licitação serão comunicadas através do envio de e-mail e/ou do site **www.sescma.com.br – Licitações**, não podendo as licitantes em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos.

12.2 O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site **www.sescma.com.br – Licitações**.

12.3 Os interessados em participar do certame deverão acessar o site **www.sescma.com.br – Licitações**, onde se encontram todos os editais disponibilizados por esta Comissão, escolhendo o que lhe convir, sem ônus.

12.4 A Pregoeira poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, solicitar aos licitantes, por escrito, informações adicionais sobre a documentação e as propostas apresentadas. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido implicará, a critério da CPL, a inabilitação do licitante ou a desclassificação de sua proposta.

12.5 Não serão levados em consideração os documentos e propostas que não estiverem de acordo com as condições deste Instrumento Convocatório e seus anexos, quer por omissão, quer por discordância.

12.6 A Pregoeira poderá, no interesse do Sesc/MA em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelos licitantes. Poderá, também, realizar pesquisa na Internet, quando possível, para verificar a regularidade/validade de documentos ou fixar prazo aos licitantes para dirimir eventuais dúvidas. O resultado de tal procedimento será determinante para fins de habilitação ou desclassificação de proposta.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia e horário de funcionamento do Sesc/MA.

12.8 A contratada e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem do Sesc/MA e/ou terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto da licitação.

12.9 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital e seus anexos, ou sugestão visando à sua melhoria, deverá ser

encaminhado por escrito à Comissão de Licitação do Sesc/MA, através do e-mail cpl@ma.sesc.com.br, até 05 (cinco) dias antes da data de entrega dos envelopes das propostas e documentos de habilitação. Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e propostas, não cabendo aos licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

12.10 Independentemente de declaração expressa, a apresentação dos documentos e da proposta implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste instrumento convocatório e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação, o qual, na incidência, obriga o licitante a comunicar ao Sesc/MA quando ocorrido durante o certame.

12.11 A qualquer momento, o Sesc/MA poderá inabilitar licitante ou desclassificar proposta, sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive incorreções que venham a ser detectadas na documentação ou propostas.

12.12 A proposta deverá ser apresentada, necessariamente, na forma impressa.

12.13 Da decisão da Comissão de Licitação de classificar/desclassificar itens/propostas de preços somente caberá pedido de reconsideração à própria Pregoeira, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida.

12.14 A Pregoeira analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública.

12.15 Da decisão da Pregoeira relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso.

12.16 Da decisão que declarar o licitante vencedor caberá recurso fundamentado, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, dirigido ao Diretor Regional (DR) do Departamento Regional no Maranhão, por escrito, por meio da Comissão de Licitação, salvo na hipótese de inversão prevista no subitem **8.1.10** vir a ser adotada, quando também caberá recurso da decisão que inabilitar o licitante.

12.17 Quando não for possível realizar o ato do recebimento dos envelopes desta licitação, a Comissão de Licitação marcará nova data e hora a ser comunicada conforme previsto no subitem **12.1**.

12.18 Os envelopes contendo a documentação de habilitação ou propostas de preços, que não forem abertos ficarão em poder desta CPL pelo período do prazo recursal e poderão ser retirados após findado o mesmo até **30 (trinta) dias** depois da divulgação do resultado final desta licitação, caso não sejam retirados no prazo serão destruídos.

12.19 Ocorrendo feriado ou ponto facultativo na data da realização do certame o mesmo será realizado no primeiro dia útil subsequente mantendo-se inalterados o local e horário.

12.20 Na hipótese do Processo Licitatório vir a ser interrompido, o prazo de validade das propostas de preços fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que

estiver suspenso.

12.21 Os contratos poderão ser aditados nas hipóteses de complementação ou acréscimo que se fizerem nas compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

12.22 O Sesc/MA se reserva o direito de cancelar unilateralmente esta licitação, a qualquer momento, no todo ou em parte, antes da formalização do contrato, não cabendo aos licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for.

12.23 Após a homologação do processo e/ou emissão do Pedido ao Fornecedor – PAF, não caberá pedido de desistência, com a alegação de erro na elaboração da proposta de preços ou de fato injustificável, aplicando-se ao vencedor as sanções em caso de descumprimento aos prazos de entrega do objeto contratado.

12.24 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

12.24.1 ANEXO I – Termo de Referência.

12.24.2 ANEXO II – Modelo de Credenciamento.

12.24.3 ANEXO III – Modelo de Visita Técnica

12.24.4 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Conhecimento

12.24.5 ANEXO V – Minuta de Contrato.

São Luís-MA, 13 de outubro de 2022.

Eline dos Santos Ramos
Pregoeira e Presidente da CPL

VISTO:

Darlise Ramos Serra de Carvalho
Diretora da DAF

VISTO:

Rutineia Amaral Monteiro
Diretora Regional